

UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

**PEDAGOGIA ONLINE**

**PROJETO INTEGRADO**  
**Educação e Sociedade – Aprendendo a Aprender**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP  
SETEMBRO, 2023



UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

**PEDAGOGIA ONLINE**

**PROJETO INTEGRADO**  
**Educação e Sociedade – Aprendendo a Aprender**

**Estudantes:**

Érika Dourado Amorelli, RA 1012023100718

Pollyanna Brito Henry Bon, RA 1012023200147

Malu Marcondes de Castro Anizelli, RA 1012023200132

Ione Aparecida Tomaz Coelho da Silva,

RA 012023200033

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP  
SETEMBRO, 2023



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	8
3	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	9
4	CONCLUSÃO	28
	REFERÊNCIAS	30

# 1 INTRODUÇÃO

Este breve trabalho de pesquisa tem como intuito colaborar com a discussão sobre o processo de educação no Brasil e a importância do tripé escola/família/sociedade, mais especificamente, com relação à necessidade de interação entre a família/escola, contribuindo assim, para o bom desempenho e aproveitamento dos estudantes dentro das instituições escolares. A nossa intenção é levantar algumas reflexões históricas, sociológicas e da prática docente sobre essa relação, abordando pontos importantes e apontando caminhos relevantes na relação família/escola para o êxito dos filhos/alunos nos estudos dentro das instituições escolares.

A sociedade brasileira ainda passa por paradigmas sociais e educacionais históricos na área da educação, dentre eles, podemos citar a formação de docentes, a falta de investimentos em um ensino de qualidade, o desinteresse dos alunos nos estudos e o desafio da participação efetiva das famílias/responsáveis na vida escolar dos estudantes.

De um lado, muitas vezes, temos escolas apenas seguindo as diretrizes curriculares impostas pela legislação, garantida entre tantas leis, como na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, que define: “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Pesquisas mostram que entre os gargalos da educação estão, por exemplo, os estudantes que abandonam cada vez mais cedo as instituições escolares, sofrem com os baixos desempenhos ou não se interessam pelo conteúdo ministrado nas escolas por desinteresse/dificuldade em acompanhar o processo de aprendizagem. Além disso, o cenário educacional ainda é marcado por um sistema de avaliação que funciona por meio de pontos, notas, diplomas e certificados, que, podem não retratar as reais competências dos alunos. Gadotti (1995) lembra que este é um problema antigo, que ultrapassa séculos na história educacional do Brasil:

O iluminismo educacional representou o fundamento da pedagogia burguesa, que até hoje insiste, predominantemente na transmissão de conteúdos e na formação social individualista. A burguesia percebeu a necessidade de oferecer instrução mínima, para a massa trabalhadora. Por isso, a educação se dirigiu para a formação do cidadão disciplinado. O surgimento dos sistemas nacionais de educação, no século

XIX, é o resultado e a expressão que a burguesia, como classe ascendente, emprestou à educação. (GADOTTI, 1995. p.90)

Schwartzman (2005) defende em uma de suas pesquisas quanto aos desafios da educação no Brasil que “é mais fácil construir um prédio escolar do que administrar uma escola; é mais fácil trazer uma criança para a escola do que ensiná-la a ler e escrever; é mais fácil contratar professores em dedicação exclusiva do que transformá-los em pesquisadores”.

A Sociologia Crítica da Educação Contemporânea, por meio do pensamento social da Educação, nos mostra um cenário marcado pela escola e a reprodução social de dominação por meio de violência simbólica, da reprodução de conteúdos por meio da dominação, da transmissão da cultura dominante, sanções sociais, reprodução por meio da organização social, reforço da cultura dominante e validação das desigualdades.

Essa linha de pensamento define a Educação como instrumento de transformação do ser humano e faz importantes ressalvas quanto à necessidade urgente da elaboração de um currículo crítico, que explore questões sociais, culturais e históricas, promovendo a reflexão social e a consciência crítica entre os alunos. Essa vertente ainda discorre sobre a urgência de incentivar a pedagogia participativa dentro das instituições escolares, marcada pela didática colaborativa, que conecte de fato o conteúdo com as experiências dos alunos, em que o estudante é chamado a colaborar, construir conhecimento e aplicar habilidades de acordo com a sua vivência de mundo. Mas será que essa é a realidade presenciada nas escolas brasileiras e um compromisso firmado pelas famílias ou responsáveis com seus filhos/estudantes dentro do universo familiar?

Diante desses problemas citados acima que permeiam a educação brasileira, este projeto de pesquisa pretende analisar à luz da história da educação e de teorias sociais importantes, baseando em textos como “Alienação” de Karl Marx e dos princípios da Carta da Terra, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o “Estudo de Caso”, apresentado na unidade *Projeto Integrado (PI)* “Educação e Sociedade”. Nele, uma diretora da rede pública de ensino, analisa os resultados dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais e constata um baixo crescimento no desenvolvimento da aprendizagem e na apreensão dos objetos de conhecimento (conteúdos). Após verificar os relatórios dos docentes, observa que haviam queixas quanto à falta de apoio das famílias na formação escolar dos discentes, relacionadas, especialmente, às atividades escolares acompanhadas em casa, sendo elas: a tarefa, valorização dos responsáveis no trabalho realizado pelo aluno nas

atividades escolares, além do apoio da família em dignificar a figura do profissional da educação, em especial do (a) professor (a).

Nessa observação, tornou-se evidente um declínio alarmante no desenvolvimento da aprendizagem e na assimilação dos conteúdos por parte dos estudantes. No cerne dessa problemática, uma investigação mais aprofundada trouxe à tona as queixas recorrentes dos docentes, que apontavam para a falta de apoio das famílias no processo educacional de seus filhos.

As preocupações abrangiam uma ampla gama de questões, desde a execução das tarefas escolares até a necessidade de valorização dos responsáveis pelo trabalho realizado pelos alunos. Além disso, havia uma demanda evidente para dignificar a figura dos profissionais da educação, sobretudo dos professores, reconhecendo o papel crucial que desempenham na formação das novas gerações.

Nesse contexto, este estudo se propõe a aprofundar a discussão sobre a inter-relação fundamental entre a escola, a família e a sociedade. Para tanto, serão abordados aspectos de extrema relevância, como os valores éticos e o papel social que permeiam a educação e o relacionamento interdependente entre a família e a escola. O ponto de partida para esta pesquisa consiste em analisar a responsabilidade histórica da Educação no Brasil, a fim de compreender a evolução e a valorização do ensino nacional. Serão também explorados os desafios enfrentados ao longo dos séculos na busca incessante por uma educação de excelência, democrática e acessível aos cidadãos.

A fim de contextualizar o presente trabalho e analisar o estudo de caso que se seguirá, é essencial traçar um breve panorama dos principais avanços e desafios que permearam a história da educação no Brasil. Para tanto, vamos considerar marcos históricos cruciais de evolução e investimentos no cenário educação da educação como o *Período Colonial*, o *Período Imperial*, o *Período Republicano* e o *Movimento Escola Nova*. Essa breve retrospectiva histórica nos permitirá compreender a complexa evolução, os desafios e os investimentos na educação do país nos últimos séculos e lançar luz sobre os problemas atuais no cenário educacional.

Pretendemos ainda por meio da análise do estudo de caso e do resgate do contexto histórico educacional do Brasil, vislumbrar uma complexa teia de problemas políticos e sociais que permeiam a sociedade moderna, sobretudo, no contexto do modo de produção capitalista vigente em nossa sociedade. Esses desafios ganham relevância ao investigarmos o

estudo de caso associado à noção de alienação, tal como proposta pelo pensador Karl Marx, que se refere à este processo como a desconexão das pessoas de seu trabalho, de si mesmas e dos outros, resultante da incessante busca pelo lucro e da excessiva ênfase nos bens materiais. Esta desconexão, por sua vez, pode levar a uma falta de envolvimento e responsabilidade na educação das crianças, transferindo essa responsabilidade para a instituição escolar. Também abordaremos a importância de princípios éticos e sociais no meio educacional e ainda a responsabilidade da escola e da família no desempenho escolar das crianças e jovens, garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), que discorre no seu artigo 1º:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996).

Assim, este estudo busca explorar a complexa interseção entre a alienação no contexto capitalista, a dinâmica da família contemporânea e sua relação com a educação. Entender como esses elementos se entrelaçam é fundamental para uma análise crítica das dinâmicas sociais e educacionais da atualidade. Através dessa abordagem, poderemos lançar luz sobre questões essenciais relacionadas à responsabilidade na formação das futuras gerações e ao papel da família e da escola na construção do indivíduo em uma sociedade profundamente marcada pelo capitalismo moderno e seus desafios inerentes. Schaefer (2006) cita um estudo importante que mostra a relevância do envolvimento dos pais com a vida escolar dos filhos:

“Por exemplo, em um estudo de domicílios de brancos e negros com pai e mãe, os pesquisadores descobriram que, quando os pais estão mais envolvidos com seus filhos (lendo para eles, ajudando-os com a lição de casa ou restringindo o tempo que assistem à televisão), as crianças têm menos problemas de comportamento, dão-se melhor umas com as outras e são mais responsáveis. (SCHAEFER (2006) *apud* Mosley e Thomson, 1995).

## 2 OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivos:

- Analisar o estudo de caso proposto e a importância do tripé: escola/família e sociedade.
- Compreender a relação família-escola e suas implicações no desempenho e formação escolar dos alunos.
- Verificar os princípios da Carta da Terra e da Alienação de Karl Marx, relacionando-os ao caso apresentado.
- Discorrer sobre os valores éticos, o papel social e a relação da família junto à escola.
- Destacar os benefícios do envolvimento da família no sucesso educativo dos educandos.

### 3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O desenvolvimento deste projeto é norteado pela pesquisa “Estudo de Caso”, apresentado na unidade *Projeto Integrado (PI)* “Educação e Sociedade”, em que, uma diretora da rede pública de ensino, ao analisar os resultados dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, constatou um baixo crescimento no desenvolvimento da aprendizagem e na apreensão dos objetos de conhecimento (conteúdos). Após verificar os relatórios dos docentes, foi observado que haviam queixas quanto à falta de apoio das famílias na formação escolar dos discentes, relacionadas, especialmente, às atividades escolares acompanhadas em casa, sendo elas: a tarefa, valorização dos responsáveis no trabalho realizado pelo aluno nas atividades escolares, além do apoio da família em dignificar a figura do profissional da educação, em especial do (a) professor (a).

Diante deste cenário relatado acima, neste estudo vamos discorrer e investigar a respeito da importância do tripé: escola-família e sociedade, considerando aspectos relevantes como os valores éticos, o papel social da educação e a relação da família junto à escola. A nossa investigação começa enfatizando a responsabilidade histórica da Educação no Brasil, na intenção de analisarmos a organização e a valorização do ensino nacional, os problemas enfrentados ao longo dos séculos em busca de uma educação de qualidade, além da sua relevância no meio social, sendo considerada um dos direitos humanos fundamentais do ser humano, garantido e instituído por diversas leis nacionais e até internacionais.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, por exemplo, em seu art. 205, defende que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade [...], ressaltando que a educação deve ser tratada com absoluta prioridade”. (MARTINS, 2021, p.6). É sabido que mesmo apesar das leis que regem a Educação no Brasil, o direito aos estudos foi negligenciado durante muitos séculos no país.

É importante salientar que a formação da sociedade brasileira foi marcada por inúmeros aspectos históricos, sociais e culturais, que influenciaram diretamente nos investimentos e na valorização da Educação no território brasileiro. As primeiras escolas chegaram ao Brasil, em 1549, por meio dos portugueses e da ordem dos jesuítas, que representavam a Igreja Católica no país. O ensino se baseava na formação sobre tradições católicas, catequização dos índios e ainda na educação dos filhos de colonizadores. De acordo com Lopes [2015 apud OLIVEIRA, 2004]:

[...] a educação jesuítica reproduziu no Brasil o espírito da Idade Média, com o aprisionamento do homem ao dogma da tradição escolástica, a sua submissão à autoridade e à rígida ordenação social, avesso ao livre exame e à experimentação. (OLIVEIRA, 2004, p. 946).

A história nos mostra que a conjuntura de valorização da educação foi construída ao longo do tempo, estando presente em todas as Constituições Federais, desde a 1ª Constituição Federal de 1824, na época do Brasil Império até a 6ª Constituição Federal de 1967 - período do Regime Militar. Todavia, somente na Constituição Federal de 1988, que o ensino acabou sendo consagrado pela primeira vez como um direito social e universal. Este marco é considerado como um verdadeiro avanço, diante de antecedentes históricos preocupantes no que se refere ao investimento em educação no país.

Foi apenas a partir do século XX, especialmente após a Reforma Capanema (1930 - 1940), que este processo de fato passou a ter relevância em solo brasileiro. Os primeiros séculos foram marcados por um abismo educacional, predominado pelo elitismo e por uma exclusão do ensino, em que apenas uma minoria da população, formada por classes mais privilegiadas economicamente, tinha efetivamente acesso aos estudos. A maioria da população permanecia excluída desse direito.

A fim de contextualizar o nosso trabalho, fazer um resgate do ensino no Brasil e permitir analisar o nosso estudo de caso, apresentaremos a seguir, de forma breve, os principais avanços e dificuldades que marcaram a História da Educação no país, tendo como norte os seguintes marcos históricos: *Período Colonial*, *Período Imperial*, *Período Republicano* e o *Movimento Escola Nova*.

### **Período do Colonialismo (1549 - 1759)**

O período colonial brasileiro, que abrangeu aproximadamente de 1549 a 1759, foi um capítulo crucial na história da educação no Brasil, marcado por uma série de desenvolvimentos significativos na forma como o conhecimento era transmitido e absorvido nas terras recém-descobertas pelos portugueses. A chegada dos jesuítas, em 1549, liderados por Manuel da Nóbrega e José de Anchieta foi um evento seminal para a educação no Brasil colonial.

A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, tinha como missão principal a conversão religiosa e a educação. Os jesuítas foram enviados ao Brasil pelo rei de Portugal com o objetivo de auxiliar na colonização e na catequização dos povos indígenas.

Durante o período colonial, estenderam sua influência educacional por todo o território brasileiro, fundando escolas e missionando entre os povos indígenas. O documento criado para a organização da prática pedagógica dos jesuítas foi o *Ratio Studiorum*, em 1599. Esse modelo pedagógico enfatizava a disciplina, a obediência, a formação moral e religiosa, além do ensino acadêmico. Os alunos eram submetidos a uma rotina estruturada que incluía estudos, orações e trabalho manual.

No entanto, a educação estava disponível apenas para uma elite restrita, composta principalmente por filhos de colonos e membros da Igreja. Os povos indígenas frequentemente eram submetidos a processos de aculturação e conversão, mas seu acesso à educação formal era limitado. Casimiro (2007) demonstra que:

[...] os brancos, portugueses, filhos da elite, eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ ou para a vida eclesiástica. [...] Outros portugueses, pertencentes aos segmentos restritos das classes populares, tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar; [...] para os índios e mestiços, a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes ensinava-se, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos; [...] os colonizadores desenvolveram. (CASIMIRO 2007, p. 87)

Além da catequese, os jesuítas ofereciam uma educação humanista baseada em princípios acadêmicos europeus. Isso incluía o ensino do latim, da retórica, filosofia, teologia e outros tópicos clássicos. Eles acreditavam que uma educação sólida nas artes liberais promoveria uma compreensão mais profunda da fé e formaria indivíduos capazes de defender a Igreja e seus ensinamentos.

Em 1759, a Companhia de Jesus foi suprimida em Portugal e em suas colônias, incluindo o Brasil, por ordem do Marquês de Pombal. Este fato marcou uma virada na história da educação brasileira. As instituições educacionais jesuítas foram secularizadas, e o governo colonial assumiu um papel mais ativo na organização do sistema educacional. As mudanças políticas e econômicas também influenciaram a educação, à medida que a sociedade colonial evoluiu.

O legado dos Jesuítas na educação brasileira persistiu após sua expulsão das terras brasileiras. Muitas das escolas e instituições educacionais por eles fundadas continuaram a operar sob diferentes administrações. A influência deles no sistema educacional do Brasil deixou uma marca duradoura, uma vez que desempenharam um papel fundamental na formação da identidade educacional do Brasil e deixaram um legado que moldou as bases da educação no país.

Após três séculos de colonização portuguesa, em que a herança escolar desta época foi considerada como desastrosa por vários estudiosos no Brasil, com a emancipação política alcançada, em 1822, devido à instauração do Primeiro Império, por Dom Pedro I, o país avançou alguns passos no processo de modernização no âmbito educacional. Para Carvalho (1972):

“Tornava-se necessário dotar o país com um sistema escolar de ensino que correspondesse satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império (CARVALHO, 1972, p. 2).

Neste período, podemos destacar algumas ações como o controle estatal e a popularização da educação em terras brasileiras, iniciada de forma tímida, ainda na monarquia de Dom Pedro I, com a outorga da Constituição Política do Império do Brasil, em 25 de março de 1824, primeira constituição brasileira, que em seu artigo 179, garantia a educação primária para “todos”. Como ações práticas foram criados colégios e universidades em todo o território nacional. Segundo Jardim (2020):

[...] porém, na prática, a ideia foi esquecida, como de fato também foi toda a ideia de independência. O Imperador que deu o grito do Ipiranga a 7 de setembro de 1822 não sustentou a implantação de uma Constituição que daria, aos brasileiros, autonomia para criar um conjunto de leis que fosse capaz de gerir uma nação independente. D. Pedro I acabou com a Assembleia Constituinte, pois as leis criadas pelos deputados não o agradaram, de modo que ele reescreveu a Constituição a sua maneira para manter o Brasil como parte do Império português, apenas sob uma nova fachada, a da monarquia constitucional. Da mesma forma, não promoveu mudanças que pudessem resolver os problemas políticos, econômicos e sociais dos brasileiros, nem, portanto, os problemas educacionais. Para corrigir a defasagem deixada pela Constituição, foi implementada, em 15 de outubro de 1827, uma lei para funcionar como uma emenda à Constituição outorgada em 1824 e para tratar da

educação no Brasil, que mandava “[...] criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. (BRASIL, 1827, documento on-line). Em um território tão extenso, a solução parecia a melhor.

Apesar deste marco histórico, o governo de Dom Pedro I, não instituiu grandes mudanças na área da educação. Em 1834, a Assembleia Legislativa Provincial ficou com o dever de criar escolas públicas para que o ensino fosse democratizado no país. Mesmo diante dessas políticas, o parâmetro nacional da Educação ainda deixava a desejar e a situação do ensino era considerada como deplorável no Brasil.

Somente a partir do século XIX é que novas perspectivas educacionais começaram a surgir de fato, devido ao legado deixado pelo monarca Dom Pedro II, representante apaixonado pela educação, que em seu mandato ofereceu contribuições para a evolução do sistema educacional brasileiro, conforme veremos a seguir.

### **Período do Império de Dom Pedro II (1840 -1889)**

O período do Império se sobressaiu por deixar heranças relevantes na organização do sistema educacional brasileiro, por meio de melhorias aplicadas ao ensino, entre elas a criação das escolas primárias e dos liceus nas províncias e capitais, no investimento em cursos profissionalizantes, além da formação dos cursos normais e das escolas privadas nas cidades mais importantes do país àquela época. Diante de tantas contribuições, Dom Pedro II foi considerado por muitos estudiosos, como o grande patrono da educação. Em seu legado, também estão a expansão do ensino, a formação de professores e o desenvolvimento cultural brasileiro.

O governo imperial enfrentou em suas primeiras décadas de mandato, desafios e momentos delicados no contexto político, social e econômico, o que acabou refletindo no sistema educacional brasileiro vigente.

Com a coroação de Dom Pedro II, em 1840, no século XIX, e a independência do país de Portugal, o Brasil vivia o sistema de monarquia nos moldes ingleses. O estado nacional brasileiro sofria forte influência cultural da França, especificamente de Paris e da Inglaterra, país considerado até então como centro financeiro que controlava o comércio internacional brasileiro. Na época, segundo Jardim (2020), a situação da educação se caracterizava:

Para ser uma nação independente, era necessário ter um sistema de educação que desse conta da instrução do povo brasileiro, de acordo com suas necessidades e características próprias. O Brasil, nesse contexto, tratava-se de um país colonizado, com uma elite que não renunciava ao sistema de produção escravista, mas queria se inserir no novo mundo, que sinalizava mudanças radicais nos centros econômicos da Europa e da América [...]. (JARDIM, 2020, p.2).

Apesar da nação se tornar independente com a proclamação da república brasileira e ter um diferencial político por ser a única monarquia a se manter no poder naquele tempo, a elite (em sua maioria latifundiária) do país não conseguia se desvencilhar do sistema escravista, que privilegiava os mais ricos e excluía a maioria da população de seus direitos, entre eles, o acesso à educação. Além disso, no cenário nacional o Brasil se destacava negativamente por passar por inúmeros problemas territoriais e sociais. O sistema educacional, que se dizia voltado para todos, continuava atendendo apenas uma minoria da população. Os filhos da elite tinham prioridade nos estudos e eram os únicos que se tornaram bacharéis e mestres, ocupando cargos de expressividade na sociedade.

Dom Pedro II tinha a importante missão de distanciar cada vez mais da colônia portuguesa, mas Jardim (2020) reforça que o cenário na educação ainda não era um direito de todos até 1823:

“por meio do método de ensino monitorial, tentou-se instruir a população em geral. Os manuais didáticos foram um importante recurso didático utilizado no período. O ensino secundário, particular, e o ensino superior se mantiveram acessíveis à elite. As mulheres foram, aos poucos, sendo incluídas como alunas e mestres”.

Mesmo diante dessas mudanças significativas no acesso à educação, os homens da elite ainda continuavam dominando os estudos e o poder. Porém, aos poucos, o governo foi tentando instituir um sistema de educação para “todos”.

A falta de capacitação de professores, nesta época, também chamava a atenção das autoridades. Por isso, em 1835, surgiu a primeira escola normal do Brasil, localizada em Niterói (RJ). A intenção foi formar docentes para atuarem no magistério na educação pública, sendo a primeira escola normal mantida pelo governo federal. Logo nos anos seguintes, foram fundadas outras instituições nas províncias pelo Brasil, sendo elas: em 1836 na Bahia, em 1845 no Ceará e, em 1846, em São Paulo.

Nesta época, o governo central ficava responsável pelo ensino superior, primário e secundário, enquanto as províncias custeavam a educação primária para as escolas. Mesmo com esses avanços e investimentos, a situação não era favorável para o ensino. O número de escolas espalhadas pelo país ainda era insuficiente, os professores sofriam com a baixa remuneração salarial e as famílias ainda se recusavam a mandar os filhos para as escolas.

Foi pensando em criar um modelo de ensino de ensino secundário para as províncias, que em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A escola era uma instituição religiosa, que oferecia cursos de magistério em nível secundário, frequentada por filhos de grandes nomes da elite e autoridades brasileiras. A instituição foi considerada por muito tempo como um modelo de instituição de ensino no país. Com todos esses investimentos relatados acima, o governo de Dom Pedro II, com quase meio século de reinado, começou a priorizar o ensino e abrir novos caminhos e perspectivas para a educação brasileira.

### **Período Republicano (1889-1930)**

A educação no Brasil no período republicano foi marcada por uma série de modificações com o fim da abolição e a proclamação da República. Essa transição visava a reorganização escolar, principalmente, do que consideramos ensino médio e ensino superior na atualidade. Entretanto, essa mudança política escancarou antigas mazelas sociais do país, desde os tempos coloniais e, além disso, uma organização educacional precária. Segundo Paiva (1990):

A proclamação da República deu relevo à questão educacional, não apenas como decorrência das transformações econômicas-sociais por que passava o país e da questão religiosa que havia abalado as bases políticas do Império, mas pela ampla penetração do positivismo entre os republicanos (PAIVA, 1990, p. 7).

A chamada República Velha tinha como sistema político a oligarquia, comandada por coronéis que organizavam o sistema de voto, entretanto, nesse período era obrigatório ser alfabetizado para exercer este direito e, assim neste cenário torna-se urgente a renovação do sistema educacional brasileiro, uma vez que era necessário ter uma população apta e culta

para votar. Deste modo, com a pretensão de conseguir mais eleitores e com um cenário político marcado pela separação entre o Estado e a Igreja, tornando-se laico, uma série de reformas foram implementadas. De acordo com o doutor em educação, João Cardoso Palma Filho (2005), pode-se organizar essa reestruturação em etapas. A primeira delas foi:

a) *Reforma Benjamin Constant*: desenvolvida por um militar intelectual, com formação positivista, teve como característica a laicidade e a liberdade do ensino, assegurando também a gratuidade. Além disso, modificou a estrutura das escolas primárias, secundárias e reestruturou o ensino superior (militar, politécnico, direito e medicina). Modificou também as grades curriculares, aprofundando os conteúdos, porém tais modificações não foram tão bem recebidas, pois não condizem com a capacidade de aprendizagem da população;

b) *O código de Epiácio de Pessoa (1901)*: Epiácio Pessoa foi ministro do interior no governo Campos Sales (1898-1902), sendo o responsável por mudar o currículo das escolas secundárias, equiparando a grade curricular com o Colégio do Dom Pedro II. Contudo, a fiscalização federal não conseguiu manter essa igualdade, pois os profissionais não aceitaram muito bem a mudança.

c) *Reforma Rivadávia Corrêa (1911)*: Com a influência positivista no cenário político e educacional brasileiro, Marechal Hermes da Fonseca, presidente desse período, adota a desoficialização da educação brasileira em nome da liberdade de ensino. Assim a frequência do ensino passa a ser não obrigatório, os diplomas são abolidos e são criados exames de admissão nas faculdades. Foram desastrosos os resultados da reforma e ela termina em 1915.

d) *Reforma Carlos Maximiliano(1915)*: Carlos Maximiliano, de formação positivista, adota medidas que são promissoras para o ensino durante o período republicano, como melhorar a qualidade do ensino secundário, para mais ingressos no ensino superior. Essa reforma também é responsável pela primeira criação da universidade brasileira, que foi no Rio de Janeiro, resultado da junção da Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e a Escola de Direito.

Tendo em vista todas as reformas presentes no período, fica evidente como os líderes republicanos viam a educação como uma ferramenta poderosa que poderia moldar o futuro da nação. O reformismo com influências positivistas e liberais, na verdade mostrou um sistema

de educação primária se montando e no que se diz em educação elementar, o Ato adicional de 1834 permaneceu, ou seja, apenas os estados da federação com as melhores condições econômicas realizaram mudanças no ensino primário, caracterizando assim, as reformas dos anos 20.

### **Período Movimento Escola Nova (1970 - 1980)**

O movimento da escola nova, também conhecido como escolanovismo, foi uma mudança educacional que surgiu no início do século XX e teve grande impacto na forma como a educação era percebida e praticada no país. Inspirado por ideais progressistas e reformistas, o escolanovismo propôs uma abordagem mais centrada no aluno, enfatizando a importância do desenvolvimento integral da criança e a promoção de práticas pedagógicas mais dinâmicas e participativas.

Para entender o surgimento do movimento no Brasil, é fundamental considerar o contexto histórico. No século XX, o país passava por um processo de urbanização e industrialização, e as demandas por uma educação mais adequada às transformações sociais e econômicas eram crescentes. O rompimento do regime oligárquico marca esse período, pois a alteração da direção político-econômica nacional influenciava o âmbito educacional e a forma de pensar dos intelectuais. O fim da chamada República Velha, com o golpe estabelecido por Getúlio Vargas em 1930 inicia uma nova era na história, segundo Bevilaqua (2014):

Revolução de 1930 levantou questões que até os dias atuais parecem vivas, quando se vive e pensa o sistema educacional brasileiro. Do movimento resultaram conquistas históricas, tais como: o ensino laico, público e gratuito em todos os níveis, a responsabilidade do Estado e direito de todos os brasileiros; o fundo financeiro da educação; a estrutura escolar e o programa de ensino, de acordo com o desenvolvimento bi psicológico do indivíduo (pré-escolar primeiro grau, segundo grau, e universidade); a diversificação do ensino no segundo grau entre humanas e profissionais; o desenvolvimento da área de ciências exatas na universidade e a diversificação desta última em ensino e pesquisa. (Bevilaqua, 2014. p.5)

Nesta conjunção histórica, surge um novo movimento pedagógico no qual foi definido como Escola Nova, desenvolvido durante o período do Estado Novo (1935) no Brasil. Foi marcado por significativas mudanças e intervenções por parte do governo liderado por Getúlio Vargas, caracterizado como um sistema autoritário e de forte intervenção estatal

na sociedade, teve um alto grau de centralização e controle em várias áreas da vida nacional, incluindo a educação.

O Governo Vargas buscou consolidar seu poder e influência através do controle das instituições educacionais e do estado, além disso, uma das primeiras ações no campo educacional durante o Estado Novo foi à reforma de 1937, que visava à centralização do sistema educacional sob controle federal. O Decreto-Lei nº 852, de 1938, criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), que tinha poderes para regulamentar a educação em todo o país, a educação foi utilizada como uma ferramenta para promover a ideologia nacionalista e autoritária do governo e buscava disseminar valores e princípios que fortalecessem o nacionalismo. Além disso, adota uma série de modificações, segundo Ribeiro (1993):

- A Escola Primária Integral procurava exercitar nos alunos os hábitos de educação e raciocínio, noções de literatura, história e língua pátria, desenvolvendo o físico e a higiene.
- O Ensino Médio integrava o Primário e o Superior, desenvolvendo o espírito científico com múltiplos tipos de cursos.
- Defendia-se a organização universitária, voltada para o ensino, pesquisa e formação profissional, e criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Nestas reformas, a Educação é totalmente desvinculada do contexto histórico, mas se acredita que ela é um fator determinante na mudança social, além de as reformas citadas serem regionais e restringirem-se ao curso Primário, já que nos planos Médio e Superior as ideias não chegam a alterar a organização e funcionamento nestes níveis, ainda que houvesse a defesa da organização universitária. (RIBEIRO, 1993. p.5.)

Entretanto em 1945, Getúlio acaba sendo derrubado do poder e quem assume por meio de voto direto é Eurico Gaspar Dutra. Nesse período, o Governo Federal passou a dar atenção ao ensino primário que tinha sido deixado de lado desde 1827. Também surge a Lei Orgânica do Ensino Primário que unifica o Ensino Normal e no âmbito profissionalizante foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Além disso, esse período fica marcado pela disputa entre escolas públicas e privadas. Segundo Júlio (2010):

...de 1948 a 1961, instaurou-se o segundo tempo da disputa entre os defensores da escola pública e laica e os partidários das escolas particulares e confessionais. De um lado, encontravam-se os liberais remanescentes do “Manifesto de 1932” (JÚLIO, 2010. p. 87.).

Apenas em dezembro de 1961 é criada uma lei, no qual seu conteúdo beneficia ambos os lados dessa disputa, a mesma fica conhecida como Lei 4024 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e entra em vigor um ano após sua criação. A primeira LDB tinha como característica manter intacta a estrutura dos diferentes graus e ramos definidos pela “Lei Orgânica de Ensino”. Segundo Saviani (2019):

Desde sua entrada no Congresso o projeto original das Diretrizes e Bases da Educação esbarrou na correlação de forças representada pelas diferentes posições partidárias que tinham lugar no Congresso Nacional. (SAVIANI, 2019. p. 35)

A educação vigente na metade do século XX , apesar de suas contradições ideológicas, traz em evidência um educador e crítico, Paulo Freire que terá grande influência para os dias atuais da educação brasileira e o escolanovismo. O mesmo publica seu primeiro artigo, em 1961, mesmo ano da criação da LDB, “Escola Primária no Brasil” em que questiona a questão da aderência escolar infantil e sua qualidade. Segundo Júnior (2010):

Em síntese, para Paulo Freire a sociedade brasileira ainda não havia resolvido às duas dimensões básicas de qualquer sistema nacional de educação: a expansão quantitativa da escola pública obrigatória para todas as crianças em idade escolar e a qualidade dos conhecimentos escolares que eram oferecidos às crianças (JÚNIOR, 2010. p. 91.).

### **A Educação e o processo de alienação por Karl Marx**

Através da análise do estudo de caso deste trabalho, levando em consideração o histórico da educação no Brasil, podemos observar e abordar alguns dos problemas políticos e sociais da sociedade moderna que acabam afetando as relações, devido ao modo de produção capitalista e sua relevância para discutir a noção de “Alienação” por Karl Marx.

Esclarecemos que, nesse contexto, a alienação se refere à desconexão das pessoas de seu trabalho, de si mesmas e dos outros devido à busca incessante pelo lucro e ao foco excessivo nos bens materiais, potencializados pelo sistema capitalista. Da Silvai (2005) defende que:

“O trabalhador sempre sai perdendo em sua relação com o capitalista, em todas as situações possíveis e imagináveis do ponto de vista da economia como o crescimento, o salário, a produção, etc. MARX (2002), considera que a propriedade privada tornou-nos estúpidos e parciais, alienando todos os nossos sentidos, na busca do ter”. (DA SILVA, 2005, p. 104)

O estudioso acredita que este processo de produção capitalista, em que a máquina domina a maior parte do sistema operacional, influencia diretamente na saúde física e intelectual dos trabalhadores, tornando-os mais frágeis e dependentes dos donos do capital. Logo se apresentando mais passivos diante dos desafios da vida.

Podemos associar este conceito de alienação de Marx, de forma prática ao que acontece na relação entre os pares “família/escola”, marcada no caso do nosso estudo de caso pela falta de envolvimento e responsabilidade dos pais, da família e dos responsáveis pela educação dos estudantes, transferindo-a para a escola.

Diante dos aspectos da sociedade atual, a família, em seus diversos arranjos e configurações, ao nosso ver não pode ser inserida em um único conceito. Esta instituição, formada por pessoas que compartilham afeto, afinidade e laços (sejam eles consanguíneos ou não), dentro dos moldes capitalistas da modernidade, encontram-se como mercadorias geradoras de mais valor. Segundo Marx, revela-se através da alienação pois aquele que produz, não se reconhece em seu produto. Ou seja, a relação contraditória entre produção e objetivação torna o homem estranho a si mesmo, pois o valor produzido é apropriado pelos donos dos meios que exploram seu trabalho. Portanto:

O trabalhador põe a sua vida no objeto; porém agora ele já não lhe pertence, mas sim ao objeto. Quanto maior a sua atividade, mais o trabalhador se encontra objeto. Assim, quanto maior é o produto, mais ele fica diminuído. Quanto mais valor o trabalhador cria, mais sem valor e mais desprezível se torna. Quanto mais refinado é o produto, mais desfigurado o trabalhador (MARX, 2002 p. 112).

Nessa perspectiva, as relações humanas surgem como relação entre mercadorias, a busca incessante pelo lucro, que diretamente incita a concorrência entre trabalhadores, no cerne do capitalismo, tem o trabalhador sempre em posição de desvantagem ao capitalista, pois dentro da realidade concreta, quanto mais o trabalhador produz riqueza, na mesma medida, torna-se mais pobre. Marx defende ainda que:

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (Manuscritos Econômico-Filosóficos, p.111).

Isso quer dizer que, dentro das longas jornadas de trabalho e, fazendo alusão aqui à uma família monoparental, por exemplo, formada por um dos pais ou responsáveis e seus filhos, que precisa vender sua mão de obra para sustentar sua família, a baixos valores de remuneração, em trabalhos informais e com múltiplas funções, é assim, afastado de uma ascensão econômica, pois os frutos de seus esforços, são apropriados e revertidos em mais-valia.

A alienação discutida aqui, não se encontra somente no mundo do trabalho material, mas também no contexto da educação. Assim como os trabalhadores se sentem alienados de seu trabalho, as famílias podem se sentir alienadas ou distantes do sistema educacional. Segundo Zitkoski (2013) :

Nos dias de hoje, as estratégias elaboradas para alienar as classes populares não contam apenas com os mecanismos da esfera política e econômica. Com o poder tecnológico dos meios de comunicação de massa cada vez mais aperfeiçoados e potentes, reproduz-se um círculo vicioso de alienação que perpassa todos os âmbitos da cultura humana, afetando, tanto o cotidiano quanto às relações profissionais, econômicas, sociais e políticas das pessoas. (ZITKOSKI, 2013, p 27).

Isso pode ocorrer, sobretudo, quando os pais se percebem como meros espectadores distantes do processo educacional de seus filhos, em vez de participantes ativos. A falta de envolvimento na escola pode ser resultado da sensação de que eles não têm voz e, muito menos controle sobre o que é ou como é ensinado. A falta de comunicação entre a família e a escola também pode afetar os alunos, que podem se sentir desconectados de suas próprias experiências de aprendizado, percebendo a escola como um local onde são apenas receptores passivos de informações, em vez de participantes ativos em seu próprio desenvolvimento educacional.

Assim, a alienação econômica pode levar a uma alienação da educação, em que a formação das crianças é negligenciada em prol do trabalho e do consumo. Ainda podemos entender este processo, ao analisar a relação do tripé: escola, professor e aluno. A instituição

escolar também pode ser entendida como um órgão de poder que está longe de se tornar um espaço de humanização, apesar de ser um espaço de convivência.

Da Silvai (2005) reforça que o professor acaba se tornando produto do meio e reproduzindo o que é imposto por um sistema educacional, não tendo condições de olhar individualmente a necessidade e a situação de deficiência de cada aluno, por mais que ele tente. “Nem sempre os problemas e desafios que habitam o universo do aluno, são os mesmos que habitam o universo dos professores”, reforça. E complementa:

No campo educacional, o professor também é um trabalhador comum, e seus alunos na lógica capitalista acabam sendo transformados em mero produto capitalista. Muitas vezes, o professor não é apenas um produtor, mas também um empregado daqueles que desejam reproduzir a sociedade, isto é seu status quo”. (DA SILVAI, 2005, p. 9).

Sabe-se que, enfatizar a importância de salientar valores éticos para construir uma sociedade mais justa, democrática e humanizada, inserindo os valores éticos como empatia, solidariedade, responsabilidade e respeito, que desempenham um papel crucial na orientação das escolas e da sociedade em direção a um mundo mais sustentável, justo e equitativo. A Carta da Terra, elaborada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) defende que para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações.

Diante dessa premissa, se faz urgente promover a sustentabilidade, a justiça social e a responsabilidade global e pode ser um guia valioso. Segundo o documento, valores como cuidar da comunidade da vida, justiça social, respeitar a diversidade e interdependência, podem ser aplicados à relação entre família e escola. Isso implica em reconhecer que a educação não é apenas responsabilidade da instituição escolar, mas de toda a comunidade, incluindo as famílias/responsáveis pelos estudantes.

Portanto, os princípios da Carta da Terra têm esse papel transformador na educação e na sociedade, promovendo valores éticos, responsabilidade ambiental, justiça social, paz e cooperação. Ao incorporar esses princípios na educação e na cultura social, podemos trabalhar em direção a um mundo mais sustentável, inclusivo e harmonioso. Conforme o preâmbulo do documento:

“Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações”.

Se a diretora Judith adotasse os princípios da Carta da Terra e da Educação no século XXI em sua escola, poderia esperar uma série de benefícios. Primeiramente, a interação mais próxima entre família e escola fortaleceria o apoio às atividades escolares, aumentaria a motivação dos alunos e melhoraria seu desempenho acadêmico. Como bem diz Piaget:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50)

Assim sendo, o papel desempenhado pela escola na construção dessa parceria é de suma importância. A instituição deve considerar as necessidades das famílias, criando oportunidades para que elas se envolvam ativamente nessa colaboração. É relevante destacar que a escola e as famílias devem unir esforços e buscar uma compreensão mútua sobre o conceito de "Família" e "Escola", refletindo sobre como essas concepções eram no passado e como evoluíram ao longo do tempo. Além disso, é essencial explorar o significado do desenvolvimento humano e da aprendizagem, compreendendo de que forma as crianças adquirem o conhecimento e habilidades na atualidade.

Podemos trazer os princípios da Carta da Terra, que podem nortear essa caminhada, dentre eles: como respeitar e cuidar da comunidade e da vida, reconhecendo que:

a-“todos os seres são interdependentes e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade”.

Ademais, a ênfase na educação personalizada, um dos princípios centrais da Educação no século XXI, possibilitaria aos professores a adaptação do ensino às necessidades individuais dos alunos, o que resultaria em uma aprendizagem mais eficaz. A incorporação de ferramentas na área da tecnologia como instrumento educativo também poderia tornar o

processo de ensino mais atrativo e envolvente para os estudantes, facilitando o acesso a uma variedade de recursos educacionais. Para Freitas e Almeida (2012):

Dentro de uma nova pedagogia que acolha metodologias de ensino com o uso das TIC's, além da facilidade e da qualidade de informações que se tornam disponíveis e das inúmeras possibilidades de um processo de aprendizagem interativo/constutivo, espera-se contribuir para a autonomia intelectual do aluno. Ao adaptar-se ao uso das tecnologias, ela poderá buscar respostas às suas próprias inquietações, e essa busca –incluindo-se aí a seleção e análise das informações, é uma das maiores contribuições que a aprendizagem pela tecnologia pode dar ao aluno. (FREITAS E ALMEIDA, 2012, p.32)

Ainda afirmam que,

Uma nova prática pedagógica deverá mostrar que a utilização das TIC's na escola precisa ser feita de maneira interativa e não apenas expositiva, ou seja, o aluno deve atuar sobre as tecnologias, interagindo, pesquisando, interpretando, refletindo, construindo e agregando conhecimentos. Ela inicia, mas vai muito além do uso das mídias para a simples exposição de conteúdo, como substitutos de cartazes ou da própria lousa.

Somente através dessa abordagem colaborativa e inovadora pode-se garantir uma educação de qualidade e preparar os alunos para enfrentar os desafios do futuro com sucesso.

Já Alencar discorre que:

A família e a escola são provavelmente as instituições sociais mais importantes durante os anos de formação da criança. Cabe a estas transformar uma criança dependente e imatura em um membro responsável, autossuficiente e em condições de contribuir para o bem-estar de sua comunidade.

O envolvimento da família na educação das crianças é um fator determinante para o seu sucesso acadêmico e desenvolvimento pessoal, garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), nº 9.394, que estabelece em seu art.2º: “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também estabelece a responsabilidade dos pais neste processo, em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à

alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Trazendo essa análise para o contexto da diretora Judith, que enfrenta desafios relacionados à falta de apoio das famílias dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, é crucial imaginar como o cenário poderia ser diferente se houvesse uma participação ativa e contínua por parte dos responsáveis juntamente com a escola. A avaliação desse cenário hipotético revela o quanto esse envolvimento pode impactar positivamente o processo de ensino e aprendizagem.

Em uma escola pública ideal, a diretora Judith encontraria um cenário educacional muito mais promissor, em que as condições de ensino e aprendizagem estariam alinhadas com as melhores práticas da educação contemporânea, de acordo com autores brasileiros que têm contribuído significativamente para o debate educacional no país.

Primeiramente, a infraestrutura escolar estaria em conformidade com as diretrizes estabelecidas por educadores como Anísio Teixeira. Em seu livro "Educação é um Direito" (1956), Teixeira defendeu a importância de escolas bem equipadas, com ambientes que favoreçam a concentração e a aprendizagem. Em uma escola ideal, Judith poderia contar com espaços adequados e recursos modernos, proporcionando um ambiente propício ao ensino de qualidade.

Além disso, a formação dos professores seria uma prioridade, conforme destacado por autores como Paulo Freire em "Pedagogia da Autonomia" (1996). Nessa escola ideal, os educadores teriam acesso a programas de formação contínua, estando atualizados com as melhores práticas pedagógicas. Isso garantiria que a equipe docente estivesse preparada para atender às necessidades dos alunos de maneira eficaz.

A participação dos pais na educação de seus filhos, um tema enfatizado por autores como Cipriano Luckesi em "A Escola e o Conhecimento" (1996), seria encorajada e valorizada. Judith teria à disposição estratégias para promover o envolvimento dos pais na vida escolar, incluindo reuniões regulares, workshops e programas de capacitação.

Ainda, a inclusão e a diversidade seriam princípios fundamentais da escola ideal, alinhados com as ideias de educadores como Vygotsky, que inspiraram a legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promovendo uma educação inclusiva e igualitária.

Acreditamos que uma educação pública ideal é aquela que se esforça para garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizado de alta qualidade, independentemente de sua origem social ou econômica. Ademais, busca criar um ambiente inclusivo que valorize a singularidade de cada estudante, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e justa.

A discussão sobre a educação ideal, à luz das contribuições como as de Pierre Bourdieu e Émile Durkheim, é de extrema relevância para compreendermos as complexas dinâmicas que envolvem o sistema educacional e sua influência na sociedade. Ambos os sociólogos oferecem perspectivas distintas, mas complementares, sobre como a educação ideal deve ser configurada para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Pierre Bourdieu, em sua obra "A Distinção," destaca o papel central do capital cultural na reprodução das desigualdades educacionais. Para Bourdieu, a educação ideal não é apenas aquela que busca transmitir conhecimentos, mas também a que reconhece e combate as disparidades no capital cultural das famílias. Ele argumenta que essas organizações providas de mais recursos culturais têm vantagens significativas no sistema educacional, perpetuando as desigualdades. Portanto, segundo Bourdieu (1979) uma educação ideal deve garantir o acesso igualitário a recursos culturais, como livros e atividades culturais, para todos os alunos, independentemente de sua origem social.

Já Émile Durkheim, considerado um dos fundadores da sociologia da educação, concentra-se na dimensão moral da educação. Em sua obra "Educação e Sociologia", argumenta que a escola desempenha um papel crucial na socialização das crianças e na formação de cidadãos responsáveis. Para ele, a educação ideal deve ir além da transmissão de conhecimento e promover valores cívicos e morais que contribuam para a coesão social. “A escola é vista como um espaço em que as normas e os valores da sociedade são transmitidos, preparando os indivíduos para participarem ativamente da vida em comunidade”, afirmava Durkheim (1922).

Ao combinar essas perspectivas, podemos aspirar a um sistema educacional que não apenas transmita informações, mas também promova a justiça social e a solidariedade, preparando as gerações futuras para um mundo mais justo e igualitário.

Portanto, em uma escola pública ideal, Judith encontraria um ambiente educacional mais alinhado com as contribuições de autores brasileiros e sociólogos renomados, o que certamente promoveria um ensino e aprendizagem de maior qualidade, beneficiando assim os

alunos, toda a comunidade escolar e disporia de mais recursos e apoio para enfrentar os desafios educacionais, criando um ambiente propício para o sucesso dos alunos nos estudos.

## 4 CONCLUSÃO

Concluimos que ao analisarmos o estudo de caso apresentado, a partir do cenário desafiador enfrentado pela diretora da rede pública de ensino, e considerando o contexto histórico do Brasil, somos capazes de identificar e abordar problemas políticos e sociais da sociedade moderna que afetam diretamente as relações entre escola, família e sociedade. Esses problemas estão intrinsecamente ligados ao modo de produção capitalista, que amplifica a noção de "Alienação" de acordo com a perspectiva de Karl Marx.

Nesse contexto, nossa pesquisa concentrou-se na análise do tripé fundamental composto por escola, família e sociedade, considerando valores éticos, o papel social da educação e a relação da família com a escola como elementos centrais. Iniciamos destacando a responsabilidade histórica da Educação no Brasil, compreendendo a evolução e os desafios enfrentados ao longo dos séculos em busca de uma educação de qualidade. A legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal de 1988, reconhece a educação como um direito fundamental e estabelece sua promoção como um dever compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade.

Entretanto, ressaltamos que a trajetória da educação no Brasil foi marcada por desigualdades e dificuldades ao longo dos séculos. Ao contextualizar nossa pesquisa com os principais marcos históricos da educação no Brasil, compreendemos melhor a complexidade desse cenário e sua influência nas questões enfrentadas pela diretora Judith.

Para compreender esses desafios mais profundamente, exploramos a ideia de que, no contexto capitalista, a família se torna uma mercadoria geradora de valor, uma vez que os pais muitas vezes precisam vender sua força de trabalho para sustentar seus membros. Essa relação contraditória entre produção e objetivação torna os seres humanos estranhos a si mesmos, uma vez que o valor produzido é apropriado pelos donos dos meios de produção.

Associando essa análise à relação entre família e escola, destacamos como as famílias, especialmente as de baixa renda, muitas vezes precisam se dedicar a trabalhos informais e mal remunerados, deixando pouco tempo e energia para se envolverem ativamente na educação de seus filhos. Isso cria uma desconexão entre família e escola, prejudicando o desempenho acadêmico dos alunos. A alienação econômica pode levar a uma alienação da educação e resultar na negligência da formação das crianças em favor do trabalho e do consumo. Isso afeta a relação entre escola, professor e aluno, em que a instituição escolar, embora seja um

espaço de convivência, muitas vezes não promove a humanização, permanecendo como um órgão de poder.

Contudo, se considerarmos a importância de incorporar valores éticos e responsabilidade social na educação tal como os princípios da Carta da Terra, que enfatizam a necessidade de respeitar e cuidar da comunidade da vida, reconhecendo a interdependência de todos os seres humanos, esses preceitos podem ser empregados para fortalecer e promover uma colaboração mais sólida e comprometida entre a família e a escola.

Nesse sentido, uma escola ideal, conforme discutido com base nas contribuições de diversos educadores e sociólogos, priorizaria a igualdade de acesso a recursos culturais, a formação de professores, a inclusão e a diversidade, e promoveria valores éticos e responsabilidade global. Essa escola reconheceria a importância das famílias na educação de seus filhos e criaria oportunidades para o envolvimento ativo dos pais na vida escolar.

Em última análise, uma escola pública ideal, como a diretora Judith poderia almejar, contribuiria para uma sociedade mais justa, equitativa e solidária, preparando os alunos não apenas para a aquisição de conhecimento, mas também para a participação ativa na construção de um mundo melhor. Portanto, nossos esforços devem se concentrar em promover essa visão de educação e superar os desafios impostos pelo sistema capitalista e histórico da educação no Brasil, trabalhando em prol de um sistema educacional mais humano e igualitário.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Eunice M. L. S. **A criança na família e na sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BEVILAQUA, Aluisio Pampolha. John Dewey e a escola nova no Brasil. **Ciência & Luta de Classes**, v. 1, n. 1, 2014.
- BOURDIEU, P. **A Distinção – crítica social do julgamento**, Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira São Paulo: Edusp; Porto Alegre RS: Zouk, 2007.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil. **Politeia-História e Sociedade**, v. 7, n. 1, 2007.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. **São Paulo**, 1972. (Mimeog.)
- DA SILVA, João Carlos. Educação e alienação em Marx: contribuições teórico-metodológicas para pensar a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, n. 19, p. 101-110, 2005.
- GADOTTI, Moacir. A Carta da Terra na educação. 2010.
- JARDIM, Ana. A educação no período de D. Pedro II: novas perspectivas do ensino nacional. 2020. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático).
- LOPES, Jaíza Gomes Duarte. Realidade socioeconômica e política brasileira. Porto Alegre: Sagah. 2015.
- MARTINS, José Luiz Germano. A Educação Nacional sob o olhar do estatuto da criança e do adolescente (LEI 8.069/1990), COM OBSERVAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9.394/96). **REVISTA UNIÍTAO EM PESQUISA. ISSN: 2236-9074**, v. 11, n. 3, 2021.
- DA TERRA, Carta. A Carta da Terra. **Eco-92. Rio de Janeiro: Comissão Carta da Terra**, 2000.
- DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. 201.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Paz e Terra, 1996.

FREITAS, M. C. D., ALMEIDA, M. G. Docentes e discentes na sociedade da informação (A escola no Século XXI; v.2). **Rio de Janeiro: Brasport**, 2012.

GADOTTI, Moacir. **A Carta da Terra na educação**. 2010.

LUCKESI, C. C. **A Escola e o Conhecimento: Fundamentos Epistemológicos e Políticos**. Cortez Editora, 1996.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A educação na Primeira República. **Bahia: UESB**, p. 1930-1961, 2003.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: **Martin Claret**, 2002.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. **São Paulo**, v. 4, 1974.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 12, p. 945-958, 2004.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto**, v. 20, p. 21-27, 2005.

PIAGET, Jean. Para onde vai a educação. Rio de Janeiro: **José Olímpio**, 2007.

PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. **Pró-Posições**, v. 1, n. 2, p. 7-18, 1990.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a Educação no Brasil. **Primeira República**,

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 185-196, 2017.

TEIXEIRA, A. **Educação é um Direito**. Companhia Editora Nacional, 1956.

PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. **Pró-Posições**, v. 1, n. 2, p. 7-18, 1990.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a Educação no Brasil. **Primeira República**, 1889.

SCHAEFER, Richard T. **Sociología**. AMGH Editora, 2006.

SCHAEFER, Richard T. **Sociologia** [recurso eletrônico] / Richard T. Schaefer; tradução: Eliane Kanner, Maria Helena Ramos Bononi ; revisão técnica: Noêmia Lazzareschi, Sérgio José Schirato. – 6. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. Os desafios da educação no Brasil. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, v. 1320, 2005.

SILVA, T.M.T. da. **Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada.** In: Evangelista, F.; Gomes, P. de T. (orgs). Educação para o pensar. Campinas: Alínea, 2003.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a educação.** Autêntica, 2013.